

OS MOVIMENTOS FEMINISTA E COMUNISTA NO BRASIL: HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA

Iracélli da Cruz Alves¹

Resumo: O texto analisa a militância feminista de mulheres do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de 1949 até 1975. Em 1949, mulheres ligadas ao partido fundaram a Federação de Mulheres do Brasil (FMB), com o objetivo de construir um movimento feminino nacional e unificado; em 1975, provavelmente em decorrência das experiências vividas, o PCB publicou um texto de autocrítica legitimando o feminismo. A partir de então, passou a atribuir conotações positivas ao movimento. Objetiva-se, portanto, analisar as formas de resistência feminina desenvolvidas por mulheres pecebistas no período em tela, com a finalidade de elencar novos elementos para a compreensão da história do feminismo no Brasil, especialmente em sua relação com o PCB.

Palavras-Chave: feminismo; PCB; memória; história.

THE FEMINIST AND COMMUNIST MOVEMENTS IN BRAZIL: HISTORY, MEMORY AND POLICY

Abstract: The text analyzes a feminist militancy of women of the Brazilian Communist Party (PCB) from 1949 until 1975. In 1949, women linked to the party founded the Brazilian Federation of Women (FMB), with the aim of building a national and unified feminine movement; in 1975, probably due to the lived experiences, the PCB published a text of self-criticism legitimizing the feminism. From then on, it began to attribute positive connotations to the movement. The objective of this study is to analyze the forms of female resistance developed by female from PCB during the period in question with the purpose of listing new elements for understanding the history of feminism in Brazil, especially in relation to PCB.

Keywords: feminism; PCB; memory; history.

* O artigo é resultado de uma pesquisa de doutorado em andamento, realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação da professora Doutora Rachel Soihet. Agradeço aos pareceristas anônimos pelas sugestões imprescindíveis.

¹ Iracélli é graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB-Campus II); mestra em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem interesse nos seguintes temas: História política, História contemporânea, Feminismos e movimentos de esquerda. E-mail: iracelli_alves@yahoo.com.br

Atualmente, o termo feminismo é largamente utilizado como se o seu significado fosse auto-evidente. No entanto, seu sentido não é unívoco e varia conforme os diferentes contextos. As variações estão relacionadas às disputas políticas em jogo. Devido à carga pejorativa que por vezes se imprimiu – e imprime – ao termo, frequentemente ele não foi utilizado por indivíduos ou grupos que lutaram por emancipação e/ou libertação das mulheres². Até os anos 1960, pelo menos, a rejeição foi particularmente forte entre mulheres militantes ou próximas das esquerdas (ABREU, 2010: 23-24).

No Brasil, mais particularmente, as ativistas ligadas ao PCB consideravam que a luta feminista era inapropriada para a realidade do país, pois julgavam haver problemas mais urgentes a resolver, a exemplo da falta de moradia, da carestia de vida e da exploração do proletariado. Entre elas, era comum a diluição da “questão da mulher” nas relações de classe. Por vezes, negavam qualquer especificidade que justificasse a necessidade de um movimento específico para a superação das desigualdades entre homens e mulheres. Entendiam que o problema só seria superado com a transição do capitalismo para o socialismo. Portanto, as mulheres deveriam comprometer-se com a luta socialista, desviando-se da “agitação feminista”. As feministas ligadas às esquerdas só viriam a criticar essa tradição no final da década de 1960 (ABREU, 2010: 76).

No caso das mulheres do PCB, especialmente antes da década de 1960, havia a preocupação em manter distância do que chamavam de individualismo burguês. A ideia do envolvimento com o movimento feminista institucionalizado parecia um despropósito político, pois entendiam que o movimento não contemplava as demandas da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, acreditavam que a atuação em outras frentes teria como consequência o divisionismo que enfraqueceria a luta de classes. Naquele contexto, não era incomum entre as pecebistas a defesa de que a “luta pela libertação” das mulheres no Brasil deveria ter suas bases nos movimentos populares. Nesse sentido, não deveriam confiar em “líderes feministas” que “uma vez instaladas no poder, pouco se lembram das plataformas ‘feministas’ gritadas em praça pública, a fim de arrastar as massas femininas” (*Diário da Bahia*, 04/07/1935: 1).

² As noções de emancipação e libertação, embora possam aparecer imbricadas, possuem conotação diferente. De acordo com Maria Amélia de Almeida Teles (1999: 10), a noção de emancipação feminina geralmente está associada à busca de igualdade de direitos civis sem, necessariamente, questionar os valores masculinos. Já a ideia de libertação prescinde da igualdade para afirmar a diferença – “compreendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como ascensão histórica da própria identidade feminina”.

Imbricado aos fatores mencionados, existia uma identidade comunista. Antes da década de 1970, especialmente antes do golpe de 1964, as mulheres do PCB compartilhavam os valores defendidos pelo partido³. Existia uma espécie de cultura comunista que, na definição de Pandolfi (1995: 35), significa “uma determinada visão de mundo, compartilhada por todos aqueles vinculados a uma tradição que se consolidou com a vitória da Revolução Russa de 1917 e se identificou com o modelo de sociedade que foi implantado na URSS”. O sentimento de pertencer a um partido comunista era tão forte que todos os demais pertencimentos se tornavam secundários. Desse modo, embora algumas pecebistas tenham se dedicado à luta pela emancipação e/ou libertação feminina, elas tiveram dificuldades em assumir outra identidade, que não a comunista.

Diante do exposto, percebe-se que definir-se feminista envolve um jogo político marcado por disputas. Ademais, e como consequência, a definição muda a depender do contexto. Historicamente, identificar-se (ou não) com o feminismo é uma forma de definir-se dentro de um amplo espectro político de ideias e movimentos. Como destacou Abreu (2010: 25-26), a definição do que seria ou não feminismo está relacionada, com frequência, à demarcação do que se constituiria no “verdadeiro” ou “bom” feminismo, ou ainda traçar um modelo que é válido. No caso específico do Brasil, geralmente os movimentos que não atenderam ou atendem as características acionadas para definir o que seria, de fato, feminista, passam a ser genericamente chamados de movimentos femininos. É comum a compreensão de que o feminismo só teria nascido efetivamente na década de 1970. Há uma supervalorização das experiências feministas que emergiram na década de 1970 em detrimento das anteriores. Muitas vezes credita-se ao feminismo dos anos 70 uma ousadia

³ Em 25 de fevereiro de 1956 o Primeiro Secretário do Comunista da União Soviética, Nikita Khrushchov denunciou os crimes cometidos por Stalin em um famoso discurso proferido no XX Congresso do PCUS. As revelações impactaram profundamente o comunismo mundial. As consequências das descobertas logo se fizeram presentes no PCB. A partir da década de 1960 o partido passou a enfrentar uma série de cisões, que deixaram marcas em suas organizações femininas. Além disso, em 1964 o país foi acometido por um golpe militar que inaugurou uma ditadura marcada pela repressão e violência extrema, que também impactou de forma dramática as organizações políticas de esquerda e qualquer tipo de oposição ao regime. A pesquisa ainda não avançou para uma análise mais acurada desse recorte histórico, momento em que provavelmente parte das *comunofeministas* tomou outros rumos, seja o do exílio seja a inserção em outras organizações ou até mesmo o afastamento da política. Com o avançar da pesquisa, espera-se conseguir apresentar uma análise pormenorizada desse movimento. Mas de antemão, é possível imaginar que a partir da década de 1960 essa identidade comunista sofreu alterações substanciais, fato que merece ser analisado com mais cuidado em outros trabalhos.

supostamente ausente nos movimentos precedentes. Mas é preciso questionar alguns consensos que parecem consolidados na historiografia atual⁴.

Ainda prevalece a ideia de que os “movimentos femininos” anteriores aos anos 1970 seriam movimentos emancipatórios, portanto, não completamente feministas, já que o “verdadeiro” feminismo reivindica a libertação das mulheres, questionando os valores masculinos. Tal conclusão parte do pressuposto de que antes dos anos 1970 não eram comuns questionamentos ligados à sexualidade, ao aborto e à dupla moral sexual. Todavia, como será evidenciado, questões mais vinculadas ao que comumente relacionam ao movimento de libertação já estavam sendo postas muito antes dos anos 1970.

É preciso dizer que a divisão entre “movimento feminino” e “movimento feminista” também tem relação com os discursos das próprias mulheres que lutaram por emancipação e/ou libertação. Diante da carga pejorativa que o termo adquiriu entre as militantes de esquerda, na primeira metade do século XX é comum observar entre elas próprias essa distinção, que, não raro, é reproduzida acriticamente pela historiografia. O modelo esquemático que separa o “movimento feminino” do feminista, sem uma análise mais profunda das linhas que separam essa divisão, tem predominado nos estudos sobre a história do movimento feminista no Brasil. No entanto, entre um e outro grupo houve intercâmbios. Ademais, no interior deles circularam, não sem tensões, diferentes ideais, ainda que adensados dentro de um projeto político comum. Portanto, é fundamental refletir sobre essas disputas presentes em um passado ainda recente.

Mesmo após o ano de 1975, quando o PCB reconheceu oficialmente a legitimidade do feminismo, dentro do partido as tensões entre “ser ou não ser feminista” continuaram presentes entre aquelas que reivindicavam emancipação e/ou libertação das mulheres. Na década de 1980 duas experientes militantes que se filiaram ao partido em 1945 – Ana Montenegro (1915-2006) e Zuleika Alambert (1922-2013) – se posicionaram a respeito do feminismo que emergiu na década de 1970.

⁴Antônio Maurício Brito (2008: 13) destaca que a história contemporânea do Brasil tem supervalorizado a década de 1960, em função de vários eventos internacionais que eclodiram naquele contexto, a exemplo dos movimentos de libertação nacional na Ásia e África, da Revolução Cubana, das guerrilhas na América Latina, da guerra no Vietnã, da Revolução Cultural chinesa, do Maio de 68 e do movimento hippie. Tais eventos teriam renovado radicalmente os movimentos sociais em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, em que pese o autoritarismo e a violência da ditadura militar que o assolava. A supervalorização do contexto tem sido permeada por alguns exageros, que parecem presentes na história do movimento feminista.

Ana Montenegro nasceu em uma cidade do interior do Ceará. Mas foi no Rio de Janeiro que viveu boa parte de sua vida. Exerceu uma importante atuação política dentro do PCB, partido ao qual se filiou em 1945. Entre os anos de 1945 e 1946 passou uma temporada em Salvador. Neste período atuou na União Democrática Feminina da Bahia. Entre 1945 e 1964 colaborou em vários periódicos do Rio de Janeiro (MONTENEGRO; OLIVEIRA, 2002: 47-62). Zuleika Alambert, por sua vez, nasceu em Santos-SP. Também se destacou na militância partidária. Filiou-se ao PCB em 1945; fez o Curso Intensivo de Economia, Filosofia e História do Movimento Operário Internacional, em Moscou e foi a primeira mulher a integrar o Comitê Central. Em 1947, aos 25 anos de idade, tornou-se Deputada Estadual pela Baixada Santista (SOIHET, 2013: 169-195).

Apesar de ambas construírem sua trajetória política como militantes comunistas, na década de 1970 tomaram posições diferentes a respeito do feminismo. Ana Montenegro criticou o movimento e algumas teóricas feministas bastante influentes, como Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Alice Schwarzer, Juliet Mitchell e Helene Lange. Em linhas gerais, a autora considerou que as mulheres deveriam investir numa luta contra o capitalismo. A opressão feminina não deveria ser pensada isoladamente, “como o fazem algumas correntes e personalidades feministas, sem explicar a relação entre a discriminação da mulher e a propriedade privada, entre a exploração e a opressão” (MONTENEGRO, 1981: 42). Segundo ela, o feminismo dava uma ênfase exagerada aos temas sexuais e à política sexual, fato que imobilizaria politicamente o movimento de mulheres, pois supostamente não atingiria as “grandes massas femininas” (MONTENEGRO, 1981: 30-46).

Zuleika Alambert, ao contrário, exaltou as contribuições do feminismo e das teóricas feministas na luta de mulheres e no pensamento marxista. Pontuou que somente com os argumentos audaciosos e, por vezes, agressivos de teóricas feministas em todo o mundo, a exemplo de Simone de Beauvoir e Juliet Michell, ampliou-se as reflexões acerca das opressões de gênero. Defendeu que foram os movimentos feministas que contribuíram para incorporar no campo marxista a ideia de que a libertação das mulheres deveria ser enfrentada com novos conceitos e novas práticas (ALAMBERT, 1986: XV-XVIII). As diferenças entre elas são indícios das tensões existentes na relação feminismo/comunismo,

tensões que por muito tempo contribuíram para que as pecebistas não se assumissem feministas.

As divergências tácitas influenciavam a forma como as mulheres se reportavam a sua luta específica, chamando-a de “movimento feminino” ou “feminista”. O fato pode ter colaborado para a consolidação de marcos historiográficos confusos ou demasiado esquemáticos do feminismo. É preciso interrogá-los, considerando a movimentação ocorrida e a variedade de grupos existentes no período investigado. É relevante fazer um breve passeio na historiografia, a fim de identificar como a história do feminismo no Brasil tem sido abordada.

1. Debate historiográfico

Na década de 1980, Elisabeth Lobo (2011: 241) refletiu sobre os estudos acerca dos movimentos feministas no Brasil e levantou algumas questões pertinentes. De acordo com ela, naquele contexto, as pesquisas sobre os “movimentos de mulheres” e os “movimentos feministas” enfrentavam dificuldades. A primeira delas relacionava-se ao próprio recorte que os separava, problema ainda recorrente, como foi demonstrado linhas acima. A segunda dificuldade está no fato de que os estudos sobre os movimentos populares, embora amplos, frequentemente não se preocupavam em estabelecer recortes de gênero. Outro problema colocado pela autora diz respeito à ausência de uma investigação acerca das relações entre os “movimentos populares de mulheres” e o “movimento feminista”, que também carece de solução.

Durante praticamente todo o século XX existiram movimentos feministas expressivos, mas a *posteriori* parte deles passou a ser denominado genericamente de “movimento de mulheres”. Como lembrou Constância Lima Duarte (2003: 152), a bibliografia que discute a história do feminismo no Brasil ainda é limitada. Comumente, tem abordado fragmentariamente os anos 1930 e a luta pelo voto, ou os anos 1970 e as conquistas mais recentes. De 2003 para 2017, apesar dos inegáveis avanços historiográficos, a divisão entre “movimento de mulheres” e “movimento feminista” continua carente de discussões. A escrita de histórias fragmentadas provavelmente está relacionada à complexidade do próprio movimento que, como lembrou Céli Regina Pinto

(2003:9), por natureza tem sido fracionado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões. Em que pese a multiplicidade, algumas autoras estabeleceram a década de 1970 como marco inaugural do feminismo no Brasil, a exemplo de Lilian Back (2013), Maira Abreu (2010); Natália Bastos (2007) e Christine Delphy (1992).

Para Maira Abreu (2010: 78), nos anos 1960 o feminismo no Brasil ainda era algo muito distante. Embora a questão começasse a ser discutida em alguns meios, como jornais da imprensa alternativa, um movimento organizado só tomaria corpo a partir de 1975. Segundo ela, o movimento feminista, para boa parte das esquerdas representava ora um movimento de cunho liberal, portanto, “pequeno-burguês” e “reformista”, ora um movimento sexista e anti-homem. Embora reconheça, como foi abordado anteriormente, que definir o feminismo não é neutro, a autora acaba, em alguma medida, se prendendo aos nomes, quando não percebe o caráter feminista dos movimentos protagonizados por mulheres de esquerda antes da década de 1970. Embora as militantes não tenham discursivamente se assumido feministas, na prática lutaram por emancipação e/ou libertação das mulheres, como será demonstrado mais adiante.

Como foi destacado, a definição do feminismo é marcada por disputas políticas. Sua definição varia de acordo com o contexto. Hoje, em que pese a diversidade de grupos, há certo consenso no entendimento sobre o conceito. A definição de Margareth Rago (2013: 28) é pertinente. Segundo ela, o feminismo não se restringe aos movimentos organizados que se autodenominam feministas. Se referem também às práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas que atuam com o objetivo de liberar as mulheres de uma cultura misógina e da imposição de um modo de ser construído pela lógica masculina nos marcos da heterossexualidade. Mas no início do século XX, geralmente, o termo designava o movimento organizado por mulheres de tendências liberais de classe média que, na maior parte das vezes, não aprofundaram na discussão acerca das estruturas sociais de dominação masculina (RAGO, 2001: 219).

Levando em consideração as variações que o conceito sofreu nos diferentes contextos históricos, é preciso questionar se a concepção compartilhada pelo PCB em meados do século XX, que via o feminismo apenas como um movimento “pequeno burguês”, impossibilita que se denomine feminista a ação das militantes de esquerda que atuaram em defesa da emancipação e/ou libertação das mulheres, antes mesmo da famosa

“década do feminismo”. Deve-se lembrar que a disputa pelos usos dos conceitos adequados tem relevância social, política e histórica. Como destacou Reinhart Koselleck (2006: 105-106), a forma como os grupos se apropriam das palavras diz muito, tanto sobre a história do conceito, quanto sobre a história social. As palavras podem até permanecer as mesmas, mas não indicam necessariamente a permanência do mesmo conteúdo ou significado por ela designado. As alterações de sentido pelas quais passam ao longo da história podem ser reflexo de conflitos sociais e políticos.

No Brasil, no caso da utilização do termo feminismo, percebe-se que ao longo do tempo os significados foram alterados, bem como os grupos que o reivindicaram. Pensar a historicidade desse conceito e os grupos que se apropriaram dele pode ser um dos meios pelos quais seja possível desvendar os meandros do movimento feminista no Brasil. A década de 1970 é um marco importante no que diz respeito ao desenvolvimento de um consenso em torno do conceito de feminismo, na medida em que a maior parte dos grupos que lutavam por emancipação e libertação feminina passou a reivindicá-lo, apesar das divergências políticas. Mas o desenvolvimento dessa consciência feminista foi processual. As leituras sobre o processo são divergentes, em função das diferentes experiências.

Muitas mulheres que viveram a experiência do exílio, em decorrência da Ditadura Militar, relataram que tiveram o primeiro contato com o feminismo em solo estrangeiro, especialmente na França. Mas certamente não é possível delimitar esta experiência como a única ou a mais relevante no que tange ao desenvolvimento de uma “consciência feminista” entre as brasileiras. Partindo dos depoimentos de mulheres exiladas e da documentação que produziram, Abreu (2010: 78) destacou que essa experiência contribuiu para uma alteração profunda da concepção de feminismo entre as brasileiras. Certamente, o contato com o então efervescente ideário feminista francês influenciou muitas mulheres de forma significativa. Mas, o que dizer das militantes que não experimentaram o exílio e continuaram atuando em solo nacional, sem necessariamente manter contato com as exiladas? Como classificar o movimento das mulheres que antes da ditadura já discutiam as desigualdades entre mulheres e homens, questionando, inclusive, certas naturalizações que a sociedade acionava para justificar as desigualdades?

É preciso considerar, como lembrou Alessandro Portelli (2001: 103-130), que as memórias são divididas. É fundamental definir não só a dicotomia entre a memória

institucional e a memória coletiva de determinado grupo, mas também a pluralidade fragmentada de diferentes memórias. Ademais, “a memória não é somente construção, mas reconstrução, através da duração que separa o momento rememorado do momento do relato” (FRANK, 1999: 109). Desse modo, entre a experiência vivida e o momento em que é narrada há não ditos. A narrativa seleciona os fatos a partir do quanto e como significaram para os sujeitos.

De acordo com Joana Maria Pedro (2001: 2), as memórias das militantes que viveram a experiência do exílio aparecem de forma recorrente na historiografia sobre o feminismo e ganham *status* de verdade, sem muita crítica. Para a autora, no Brasil, o movimento feminista emergiu antes da década de 1970. A iniciativa da ONU de definir o ano de 1975 como o *Ano Internacional da Mulher* foi reflexo de um movimento que estava acontecendo desde os anos 1960, em vários países na Europa e nos Estados Unidos, onde as manifestações feministas enchiam as ruas da cidade para reivindicar direitos, inclusive o da livre disposição do corpo. No mesmo ano ocorreu, no Rio de Janeiro, um evento apoiado pela ONU, intitulado “O papel e o comportamento da mulher na sociedade brasileira”. A reunião foi organizada, predominantemente, por mulheres ligadas às esquerdas. Em decorrência do acontecimento, o ano de 1975 permeia a memória das organizadoras e/ou participantes do evento como marco fundador do feminismo no país (PEDRO, 2007: 250-251).

É possível recuar ainda mais nos marcos estabelecidos por Joana Pedro. Ela toma como ponto de partida a década de 1960, marcada por movimentos ocorridos em países da Europa e nos Estados Unidos. Destaca que no Brasil, desde o início dos anos 1970 havia grupos de reflexão que discutiam, especialmente, os problemas de cunho privado. Esses grupos tiveram a importância de construir laços de solidariedade entre as mulheres, ao mesmo tempo davam a elas a oportunidade de tratar dos seus problemas mais específicos, vividos no cotidiano. Mas antes mesmo da década de 1960 as mulheres se movimentavam em busca de mais liberdade para o gênero feminino. Ana Montenegro (1981: 63) chamou a atenção para a luta das mulheres do partido. A autora defendeu que o *Ano Internacional da Mulher* foi resultado de anos de luta pelos direitos das mulheres, lutas das quais ela própria participou desde a década de 1940. “Foi o amadurecimento do fruto dessas lutas, cujas sementes milhões de mãos plantaram”. Desse modo, o movimento feminista no Brasil não

deve ser pensado como uma espécie de milagre realizado pelo *Ano Internacional da Mulher*. “É natural que muitos pães e muitos peixes foram multiplicados no ano de 1975, mas em realidade os milagres são obra de determinadas condições e circunstâncias, e têm o seu tempo marcado por essas condições e essas circunstâncias” (MONTENEGRO, 1981: 63).

As divergências sobre o estabelecimento dos marcos indicam a complexidade da história do feminismo no Brasil. Se na primeira metade do século XX o movimento era frequentemente associado ao liberalismo, a partir de 1975 foi-se constituindo um vínculo entre feminismo e pensamento de esquerda (PEDRO, 2007: 250-251). Foi neste momento que mulheres ligadas à esquerda passaram a se apropriar do termo, não de forma unívoca e sem tensões. Ao que parece, a historiografia feminista tem se apropriado das memórias das mulheres de esquerda da geração 1970, especialmente daquelas que viveram a experiência do exílio, para definir seus marcos históricos.

Apesar da diversidade dos movimentos que ocorreram antes da famosa “Década do Feminismo”, há autoras que não consideram que parte das mulheres que militaram junto às esquerdas entre as décadas de 1940 e 1960 eram feministas. Céli Pinto (2003: 11) acredita que os movimentos femininos existentes entre 1945 e 1964 não tiveram essa conotação. De acordo com ela, desde a redemocratização em 1946 e, principalmente, durante a década de 1950 até o golpe militar em 1964, a vaga socialista e a utopia comunista determinaram as lutas sociais no Brasil e no mundo. Consequentemente, não havia espaço para as chamadas “lutas particularistas”, como a que foi levada posteriormente pelas mulheres. Para Maria Amélia de Almeida Teles (1999: 50-51), no entanto, embora o movimento das mulheres nesse período tenha se engajado fortemente no enfrentamento de problemas como carestia, defesa da infância e da maternidade, anistia, paz mundial, elas também pautaram suas questões mais específicas. Lutaram contra as discriminações e por seus direitos. Porém, segundo a autora, as questões relativas à libertação da mulher, como autonomia, controle de fertilidade, aborto, sexualidade, não eram sequer mencionadas. Por isso, ainda não havia se desenvolvido um movimento efetivamente feminista.

Andréa Bandeira (2012: 26), ao analisar as experiências de mulheres militantes no Recife nos anos 1960, defendeu que, até o advento do Golpe Militar em 1964, a

participação das mulheres nos muitos movimentos populares e nos partidos e federações não foi resultado de uma consciência de gênero. Por isso, neste recorte histórico, ela considera anacronismo denominá-los feministas, pois o entendimento de que existia uma opressão de gênero surgiu posteriormente como consequência da leitura de suas experiências políticas. No entanto, não se deve perder de vista todo o debate e luta contra as desigualdades entre homens e mulheres que foram forjados antes do desenvolvimento do conceito de gênero. Ao mesmo tempo, é preciso dizer que as palavras são acionadas/criadas para denominar/compreender coisas e fatos que existem antes dela. No caso específico do conceito de gênero, o seu surgimento tem relação com experiências vividas, com elaborações paulatinamente construídas. No Brasil, parte do movimento feminista que se manifestou contra as normatizações de gênero antes da década de 1970 se desenvolveu no interior do PCB, fato ainda não evidenciado pela historiografia.

Embora tenham sido realizados estudos sobre a participação de mulheres no partido, a atuação feminista das militantes ainda não foi explorada. Partindo da trajetória da militante comunista Lydia da Cunha, Elza Macedo analisou as peculiaridades do movimento de mulheres do PCB no período de 1945 até 1964. Segundo ela, no Rio de Janeiro, muitas mulheres “foram mobilizadas” pelo partido e atuaram na Federação de Mulheres do Brasil. Torna-se necessário interrogar em que medida as mulheres militantes foram apenas mobilizadas, no sentido de tentar perceber o poder que tiveram em mobilizar o partido para as demandas específicas do gênero feminino. Para a autora, a FMB construiu uma “luta feminina” que almejava uma sociedade mais justa, mas não questionou as diferenças entre os sexos. De acordo com ela, o princípio norteador de Lydia da Cunha e da maioria das mulheres que compuseram o “movimento feminino” de 1945 até 1964 era “ordem na casa e vamos à luta”. “Ordem na casa” indicava que essas mulheres se percebiam enquanto principais responsáveis pela construção de um lar harmônico e saudável; “Vamos à luta” fazia referência à necessidade de organização feminina em prol da abolição das desigualdades sociais (MACEDO, 2001: 190). Todavia, como será demonstrado na próxima seção, esse princípio parece não ter norteado todas as mulheres do partido. Algumas militantes tinham por estratégia ir à luta por outra ordem na casa, pois questionaram o duplo padrão moral na relação entre os sexos e reivindicaram novos modelos de casamento e de relações familiares.

Btzaida Tavares (2003: 59-72) também ofereceu elementos relevantes para pensar como o PCB construiu um discurso sobre as mulheres e o que, frequentemente, se esperava delas. A autora informou que as representações do feminino elaboradas pelo PCB eram permeadas por contradições. De um lado comportaram uma perspectiva de ruptura com o “papel feminino tradicional”, visto que questionaram a condição social das mulheres em suas bases materiais; de outro, não problematizaram o papel que as mulheres tradicionalmente exerciam no lar. Ao contrário, essas funções foram reforçadas. A prática das mulheres comunistas desenvolveu-se no interior desse conflito. O choque entre esses dois elementos produziu um discurso tenso e contraditório que buscava conciliar posturas opostas com relação ao papel social das mulheres. A autora não investigou com profundidade as práticas e os discursos que as próprias militantes elaboraram sobre si e sobre a militância. Embora o partido tenha reforçado o ideal feminino tradicional, algumas mulheres questionaram, através de táticas diversas, o lugar social comumente reservado ao feminino. O movimento foi marcado por tensões e tentativas de minimização das demandas levantadas pelas mulheres, fatos que serão evidenciados na seção seguinte.

2. O Movimento comunofeminista

A história dos movimentos feministas no Brasil é marcada pela heterogeneidade. Durante o século XX algumas mulheres escolheram o PCB com um espaço de ação. Há indícios de uma expressiva participação feminina no processo que culminou na formação do partido, fundado em 25 de março de 1922 (TAVARES, 2003: 49). Além disso, um olhar nas fontes jornalísticas permite mapear outras organizações fundadas por mulheres comunistas. Em 1935 criaram a União Feminina do Brasil (UFB) que, em decorrência do autoritarismo do governo de Getúlio Vargas, sobreviveu por apenas dois meses. Durante o curto período de existência lançou um manifesto convocando as mulheres à luta. A organização defendeu pautas específicas: reivindicou a emancipação feminina; mais acesso à educação formal e que na escola tivessem a mesma formação que os homens; defendeu o fim das disparidades salariais entre os sexos, a partir do princípio do igual salário para igual trabalho e pautou a valorização do trabalho doméstico como trabalho produtivo (*Diário da Bahia*, 03/07/1935: 3).

Ademais, vale destacar a atuação feminista de Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu. Na década de 1930, Pagu se tornou militante do PCB e exerceu forte atuação em prol da emancipação feminina. O romance *Parque Industrial*, publicado em 1930, traz as marcas de seu feminismo. Ideologicamente alinhado ao Partido Comunista do Brasil, publicado em 1933, o livro escrito por volta de 1932. A narrativa está centrada no cotidiano de um bairro operário de São Paulo, o Brás. No livro, Patrícia Galvão, sob o pseudônimo de Mara Lobo, criou personagens que visavam representar as mulheres operárias e pobres, vítimas tanto do machismo quanto da exploração de classe. Considerado panfletário, no que foi amplamente criticado à época, o livro inaugurou uma literatura política de militância partidária, cujo valor só passou a ser ressaltado depois (MORAES, 2007: 371). A trama evidenciou que muitas “aventuras” que faziam parte do aprendizado sexual dos jovens ricos tinham consequências graves para as trabalhadoras pobres, a exemplo da gravidez e nascimentos indesejados, cuja responsabilidade recaía apenas sobre elas. Nesse caso, aparece uma espécie de denúncia à exploração de classe e a dupla moral sexual vigente, que deixava as mulheres trabalhadoras em uma situação ainda mais difícil que os homens de sua classe (ALVES, 2015: 50).

No período, organizações não vinculadas ao PCB também reivindicavam a emancipação feminina, como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Oficialmente inaugurada em 1922, a FBPF, dirigida por Bertha Lutz, teve como questão central, mas não única, a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. Organização de nível nacional, alcançou uma institucionalização surpreendente. Embora houvesse semelhança entre as questões levantadas pela UFB e a FBPF, em seus dois meses de existência, a UFB fez questão de demarcar suas diferenças com o movimento liderado por Lutz, destacando que os caminhos para uma verdadeira libertação feminina estavam nos movimentos populares e que as mulheres não deveriam confiar em “líderes feministas”, já que “as Berthas Lutz, uma vez instaladas no poder, pouco se lembram das plataformas “feministas” gritadas em praça pública, a fim de arrastar as massas femininas” (*Diário da Bahia*, 04/07/1935: 1). Apesar das duas organizações, em parte, militarem pela resolução dos mesmos problemas, divergiam em relação às táticas. A primeira pretendia mobilizar politicamente mulheres de diferentes classes sociais enquanto a segunda, apesar de ter discutido os problemas enfrentados por trabalhadoras, não se esforçou em mobilizá-

las (SOIHET, 2013: 94-95). Ademais, a UFB se pronunciou abertamente contra o autoritarismo do sistema político vigente, encabeçado por Getúlio Vargas. Por outro lado, a FBPF, geralmente, estabeleceu alianças com grupos políticos detentores do poder institucional (ALVES, 2015: 45).

Se na década de 1930 predominou o confronto, na seguinte houve tentativas de alianças. Na década de 1940, algumas transformações nos campos político, social e cultural contribuíram para mudanças nas relações entre as comunistas e as mulheres assumidamente feministas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as inquietações pela concretização do que consideravam princípios democráticos atingiram maior consenso no seio da sociedade. O PCB adotou a política de União Nacional que, em linhas gerais, defendia as regras do jogo democrático como garantia para a transição do regime capitalista para o socialista. Diante das transformações, as mulheres do partido passaram a dialogar de maneira mais amistosa com a FBPF. Apesar disso, em 1946, o líder comunista Carlos Marighella descreveu o feminismo como “um falso movimento que se diz disposto a emancipar as mulheres” (*O Momento*, 05/05/1946: 1). De acordo com ele, o movimento representava uma luta de mulheres contra homens, com teor reacionário. Essa afirmação, utilizada de maneira descontextualizada, como o fez Mário Magalhães (2012: 174), leva a crer que Marighella era antifeminista. É verdade que, sendo um homem de seu tempo, existe uma grande probabilidade dele ter adotado práticas machistas durante sua trajetória. No entanto, não se deve perder de vista que o comunista foi um entusiasta da luta em defesa dos direitos das mulheres. Na Bahia, o próprio Magalhães reconhece que ele conversava com as trabalhadoras sobre suas mazelas, além de propagar a necessidade de aderirem à União Democrática Feminina, organização ligada ao PCB, fundada em Salvador em 1945 (MAGALHÃES, 2012: 173-174).

Para Marighella, o único caminho para uma verdadeira libertação feminina seria a formação de organizações junto ao povo “nos bairros mais abandonados da cidade” (*O Momento*, 05/05/1946: 1). Ancorado nas teses defendidas por Engels no clássico *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Marighella destacou que nos tempos primitivos as mulheres teriam experimentado uma situação de liberdade por participarem ativamente da produção. Mas com a emergência do mundo capitalista, elas teriam sido inferiorizadas, ficando sujeitas a uma verdadeira “escravidão de vida”, decorrente,

sobretudo, da sua dependência econômica. Também chamou atenção para os fatores culturais responsáveis pelo que chamou de “escravização” feminina, destacando que na Rússia, mesmo após a Revolução de 1917, alguns homens continuavam oprimindo as mulheres devido à “mentalidade”. Defendeu que a liberdade só seria conquistada quando as mulheres voltassem a participar dos meios de produção e destacou como condição *sine qua non* a inserção no meio produtivo. Para o pecebista, as mudanças nas formas de pensar viriam com o tempo, a partir da educação das massas. Portanto, naquele contexto, o mais urgente seria a eliminação do capitalismo (*O Momento*, 05/05/1946: 1).

Apesar das ressalvas do líder pecebista acerca do feminismo, na década de 1940, como foi dito, as mulheres do PCB se propuseram a fazer alianças com grupos assumidamente feministas. O fato indica que elas tinham alguma autonomia na construção de suas táticas de resistência. No Rio de Janeiro, em novembro de 1947, ocorreu uma mesa redonda organizada pela FBPF. As pecebistas participaram do evento, inclusive compuseram a mesa de abertura. Segundo a reportagem, “o ambiente da Mesa Redonda era de franca cordialidade”, o que não impediu a ocorrência de debates calorosos (*Momento Feminino*, 28/11/1947: 22). No entanto, a expressão “feminismo” continuava sendo evitada entre as comunistas. Mas, mesmo não se autodenominando feministas, na prática militavam pela libertação do gênero feminino, através de vários mecanismos, como reuniões, fundação de organizações, eventos em bairros populares, atuação na imprensa e na literatura.

2.1. O jornal *Momento Feminino*⁵

Em 25 de julho de 1947 as mulheres comunistas fundaram o jornal “*Momento Feminino*”, com a finalidade de congregar o maior número possível de integrantes para formar uma única frente capaz de marchar em “direção a um objetivo comum, a um horizonte de luz, alegria, saber, conforto e felicidade” (*Momento Feminino*, 25/07/1947: 2). Inicialmente, o periódico circulou como semanário, com algumas interrupções. A partir de

⁵ Os números podem ser consultados na hemeroteca digital da biblioteca nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

1949 transformou-se em uma revista mensal.⁶ Sua linha editorial defendia que naquele contexto as mulheres deveriam se unir, deixando de lado suas divergências. Foi um periódico dirigido majoritariamente por mulheres pecebistas. Tinha como diretora Arcelina Mochel (1918-1974), à época, vereadora do Rio de Janeiro pelo PCB. Além da diretora, a redatora chefe, Lia Correa Dutra (1908-1989); a secretária, Silvia Leon Chalreo (1905-1991) e as redadoras, Eneida Costa de Moraes (1903-1971) e Maura de Sena Pereira (1904-1991), faziam parte do PCB. A gerente do periódico, Heloísa Ramos (1910-1999), também nutria ligações com o ideário comunista. Era casada com Graciliano Ramos, à época militante do partido.

Havia uma preocupação constante em demarcar que o *Momento Feminino* não era “um jornal feminista, mas uma publicação para os lares” (*Momento Feminino*, 01/08/1947). Salvo raras exceções, mesmo nas publicações referentes às organizações assumidamente feministas, os termos feminismo/feminista eram substituídos por feminino/feminina. Mesmo recusando o adjetivo, suas páginas imprimem parte das discussões que as pecebistas travaram no contexto em que o jornal circulou, além de informar sobre as atividades práticas desenvolvidas com o intuito de auxiliar mulheres em situação de vulnerabilidade, ou que porventura precisassem de apoio para resolver seus problemas, inclusive aqueles de foro privado. Sua última edição foi publicada em 1956. Portanto, entre 1947 e 1956 o jornal imprimiu parte das preocupações centrais das mulheres que lhe davam vida.

A coluna *Direitos da Mulher*, cuja responsabilidade num primeiro momento coube a advogada Nice Figueiredo, traz elementos fundamentais para a reflexão⁷. A coluna tinha por objetivo maior esclarecer as leitoras “sobre os direitos femininos e a lei que os garante

⁶ O jornal circulou ininterruptamente como semanário até a sua 28ª edição, publicada em 30 de janeiro de 1948. A 29ª edição só foi publicada no dia 13 de fevereiro, ou seja, quatorze dias depois. Após o intervalo, voltou a circular semanalmente até o dia 12 de março. Houve mais um intervalo quinzenal e a edição seguinte só saiu no dia 25, quando o jornal retomou a regularidade, que voltou a ser interrompida na 40ª edição, publicada em 07 de maio. Após esta edição o jornal só voltou a circular em 11 de junho, seguindo suas publicações semanais até o dia 25, quando passou a circular quinzenalmente, com algumas interrupções. A partir de 1949 passou a circular mensalmente, com interrupções, que se tornaram cada vez mais frequentes a partir de 1951. Em 1956, ano em que o jornal foi extinto, só saíram duas edições, das quais não podemos precisar os meses.

⁷ Nice Figueiredo atuou como colunista do jornal de setembro de 1947 até junho de 1950, publicando ao todo 51 textos, assim distribuídos: 12 publicados em 1947; 26 em 1948; 6 em 1949 e 7 em 1950. Ao que parece, ela se afastou do periódico devido a divergências com o grupo. Seu último texto, intitulado *Um erro de revisão*, publicado em 15 de junho de 1950, tem um tom de aparente irritação.

ou os cerceia” (*Momento Feminino*, 14/11/1947: 12). Dentro da luta por direitos civis havia um debate sobre como a cultura contribuía para a institucionalização das desigualdades entre mulheres e homens. Entre os vários problemas apontados pela colunista, chama a atenção a crítica que fez à cultura limitadora da sexualidade feminina, ratificada no plano legal. Nesse sentido, problematizou: “Serão sem recato e indignas todas as mulheres que antes de se casar já tenham conhecido outro homem?”. Prontamente respondeu:

Não. O critério de valorização da dignidade de uma mulher pela sua virgindade, longe está de corresponder a um princípio sadio de moral, e, muito menos, ao conceito de liberdade individual de nossos dias. A virgindade é um predicado físico, cuja preservação é assunto que diz respeito tão somente a quem a possui. Dignidade é um predicado moral que independe da existência da membrana virginal. [...] A prática do ato sexual não desonra pessoa alguma. Desonroso e indigno podem ser a intenção, o objetivo comercial, o ardil para conseguir casamento ou para garantir manutenção gratuita. Mas, a atitude corajosa de uma mulher que sem interesses e objetivos determinados se dá ao homem que ama, não é e nunca foi, apesar das barreiras de preconceitos erguidas pelos homens, uma atitude indigna reveladora de falta de pudor ou recato (*Momento Feminino*, 17/10/1947: 5).

Embora não totalmente descolado do pensamento próprio de sua época, que relacionava a sexualidade feminina ao amor e a prostituição à degenerescência, o discurso de Nice Figueiredo questionava o padrão moral da sociedade na qual ela se inseria. No Brasil da década de 1940, a crítica pública ao ideal de castidade das mulheres solteiras não era comum. Ao contrário, o recato feminino era considerado um valor moral inestimável. As colunas “Atendendo a sua consulta”, “Confidências...” e “Nosso Amor, nossa Vida” também merecem destaque, pois funcionavam como uma espécie de “grupo de reflexão” à distância. As leitoras escreviam cartas, compartilhando suas angustias do cotidiano e aguardavam respostas, que eram publicadas na edição seguinte. As sugestões eram escritas por outras leitoras e por editoras do jornal com a finalidade de colaborar para a resolução do problema da companheira. Os mais variados problemas eram compartilhados, desde brigas conjugais até desentendimentos entre mães, pais e filhos.

2.2. A Federação de Mulheres do Brasil e as pretensões de um “movimento feminino” nacional

Além do periódico, as comunistas construíram a Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Fundada em maio de 1949 em uma Conferência Nacional Feminina ocorrida no Rio de Janeiro, a organização tinha como objetivo central construir um movimento feminino nacional e unificado. O evento foi organizado por uma diversidade de grupos atuantes no período, como: a Associação Feminina do Distrito Federal, a Federação das Mulheres de São Paulo, a União Feminina de Minas Gerais, o Comitê de Mulheres de Pernambuco, entre outros. Apesar das dificuldades materiais, a conferência reuniu delegações de dez Estados – Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. No evento, as mulheres discutiram assuntos ligados a três eixos temáticos: direitos da mulher, infância e juventude, e alto custo de vida (*Momento Feminino*, 30/06/1949: 4).

As discussões ocorridas na conferência evidenciam os problemas que as mulheres julgavam mais urgentes naquele contexto: ausência de direitos institucionais, especialmente para as mulheres casadas; carestia de vida; salários baixos e desiguais entre os sexos; educação precária, falta de creches, hospitais e maternidades e exploração das empregadas domésticas. Ao pautarem a construção de locais destinados aos cuidados das crianças, essas mulheres se comprometeram expressamente com uma demanda feminista, na medida em que a ausência deles comprometia (e ainda compromete) em grau muito maior a tranquilidade das mulheres trabalhadoras, bem como sua estabilidade no emprego. No evento salientou-se que era preciso combater o estado de inferiorização social das mulheres. Para que esses problemas fossem solucionados, consideravam fundamental a construção de um movimento feminino forte, nacional e unificado (*O Momento*, 15/06/1948: 5). A Conferência Nacional de Mulheres e a fundação da FMB foram realizadas justamente para cumprir esta finalidade. Apesar de se almejar apartidária, as mulheres do PCB desempenharam um papel relevante na FMB, cujas atividades foram amplamente noticiadas pela imprensa comunista.

A FMB foi criada em um contexto em que o PCB passava por problemas políticos. A partir de 1946, passada a euforia democrática de 1945, o autoritarismo e a ofensiva anticomunista foram retomados no Brasil. Esse movimento tem relação com o início da chamada Guerra-Fria. Diante do novo quadro, o partido abandonou a linha de União

Nacional, substituindo-a por uma linha mais radical, orientada para a derrubada do governo. Moisés Vinhas (1982: 96) lembrou que, provavelmente, o que impediu o desaparecimento do PCB como força política efetiva nesse período foi o seu protagonismo nas campanhas pela paz, contra a bomba atômica e, principalmente, nas atividades desenvolvidas em defesa do monopólio estatal do petróleo e da construção da Petrobrás. As mulheres atuaram de maneira expressiva em parte dessas campanhas. A participação feminina era incentivada pelo partido, em decorrência da concepção de que a suposta sensibilidade feminina e o imaginado instinto materno eram essenciais para o encaminhamento das campanhas pela paz (RIBEIRO: 2011: 62).

Se isso está correto, nota-se que a historiografia sobre o PCB invisibilizou a atuação das mulheres. Apesar da relevância das pesquisas para a história política do Brasil, bem como para a história do PCB, trabalhos como os de Ribeiro (2011), Sena Junior (2009); Mazzeu & Lagoa (2003) e Mazzeu (1999), por não ter como foco as relações de gênero, deixam escapar as tensões entre homens e mulheres pecebistas motivadas por preconceitos relacionados ao gênero. Analisá-las, é fundamental para a compreensão das definições políticas do partido. As avaliações sobre a força política e a inserção social do partido não tomam como parâmetro o trabalho desenvolvido pelos “quadros femininos”. Portanto, é relevante inquirir sobre como as mulheres participaram das campanhas partidárias e os níveis dessa participação. Em que medida a militância feminina foi relevante para fortalecer o partido e garantir sua inserção social em determinados contextos? Esta é uma questão que ainda não foi respondida. O que é possível observar é que em um período em que o partido estava enfraquecido, as mulheres conseguiram fundar a Federação de Mulheres do Brasil e articular um movimento nacional expressivo.

Na década de 1950 a FMB realizou alguns encontros regionais e nacionais e participou de eventos internacionais, visando discutir tanto a importância da paz mundial quanto os seus problemas específicos, sem necessariamente dissociá-los.⁸ A organização sofreu com algumas investidas do governo, inclusive foi posta na ilegalidade em alguns períodos. Ainda não é possível precisar quando ela suspendeu suas atividades. De acordo com o *Dicionário Mulheres do Brasil*, foi extinta no governo de Juscelino Kubitschek

⁸ O jornal comunista *Imprensa Popular* traz um número extensivo de matérias sobre esses eventos. Seu acervo está disponível na hemeroteca digital da biblioteca nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

(1956-1960) (SCHUMA; BRASIL, 2000: 226). Todavia, o jornal *Novos Rumos*, também ligado ao PCB, informa sobre a atuação da organização em 1960 (*Novos Rumos*, 19-25/08/1960: 5). Ademais, Elza Macedo indica que em 1962 a federação participou da Assembleia da Comissão Interamericana de Mulheres, realizada no Rio de Janeiro (MACEDO, 2001: 197).

Os fatos apresentados até aqui evidenciam um intenso movimento de mulheres pecebistas que, de variadas formas, promoveram a construção de um feminismo articulado ao PCB, mas não totalmente dependente dele. Elas tinham instrumentos de luta específicos e gozavam de relativa autonomia, como foi demonstrado. Além dos meios apresentados, as mulheres em movimento também acionaram a literatura como instrumento de expressão política, o que não significa dizer que esta prática tenha sido exclusivamente feminina. Dentro do PCB havia o entendimento de que a literatura era um importante instrumento político. O partido investiu na chamada política cultural, propondo que os seus artistas colocassem a arte a serviço da revolução socialista (MORAES, 1994; OLIVEIRA, 1998; NAPOLITANO, 2014). Algumas mulheres atenderam as orientações.

2.3. Literatura e política: os casos de Alina Paim e Jacinta Passos

Algumas comunistas utilizaram a literatura como meio de expressão de suas aspirações políticas, a exemplo de Alina Leite Paim (1919-2011) e Jacinta Passos Amado (1914-1973). Ambas tiveram uma trajetória de destaque tanto como militantes do PCB, quanto como artistas engajadas na causa feminista. Arte e política se entrecruzavam em suas vidas.

Natural de Estância, interior de Sergipe, Alina Leite Paim possui uma trajetória política e intelectual de destaque. Filiou-se ao PCB em 1945. Em 1946 foi homenageada pelo partido, recebendo, das mãos de Luís Carlos Prestes, o *Carnet* de membro do PCB (*Tribuna Popular*, 21/04/1946: 1). Grande parte de sua militância desenvolveu-se no Rio de Janeiro. Fez parte das células Estivador Santana e Theodoro Dreiser; foi membro do Departamento Feminino do Comitê Democrático Botafogo-Lagoa; entre 1946 e 1947 fez parte do comitê Pró-Candidatura Popular do bairro de Santa Tereza, Rio de Janeiro; foi segunda secretária da Associação Brasileira de Escritores de 1947 a 1948; atuou na

imprensa, colaborando em alguns periódicos ligados ao PCB, a exemplo dos jornais *Momento Feminino* e *Voz Operária* e das revistas *Leitura* e *Esfera*, geralmente publicando contos.

No campo da literatura, publicou dez romances, a maioria teve como protagonistas mulheres que questionavam as normas sociais estabelecidas.⁹ Dois deles circularam internacionalmente: *A Hora Próxima* (Rússia, 1957 e China, 1959) e *Sol do Meio Dia* (Bulgária, 1963 e Alemanha, 1968). Em 1961, *Sol do meio-dia* ganhou o prêmio Manoel Antônio de Almeida, da Associação Brasileira do Livro (*Novos Rumos*, 23-29/06/1961: 5). Em 1965 foi a vez da trilogia de Catarina, composta pelos livros *O sino e a rosa*, *A Chave do Mundo* e *O Círculo*, receber o prêmio Especial Walmap, no IV Centenário do Rio de Janeiro (*Diário de Notícias-RJ*, 11/07/1965: 6 – Suplemento Literário). O nome da autora figurou nas páginas de periódicos de grande circulação, como o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Brasil*. Também foi prestigiada por seus pares, recebendo elogios de personalidades como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Luiz Henrique Dias Tavares, Ademar Cavalcanti, Dalcídio Jurandir, entre outros (*O Momento*, 01/10/1949: 3; *Imprensa Popular*, 23/02/1951: 2).

Jacinta Passos também teve uma atuação significativa. Natural de Cruz das Almas, interior da Bahia, filiou-se ao PCB em 1945. Naquele ano, foi a única mulher, na Bahia, a concorrer pelo partido ao cargo de deputada federal. Atuou como jornalista, tanto em periódicos pecebistas (revista *Seiva*), quanto em jornais de grande circulação na Bahia (*O Imparcial*) (AMADO, 2010: 335-384). Se relacionou com artistas e intelectuais de prestígio, como Jorge Amado, Érico Veríssimo, Antônio Cândido, Zorávia Bettil, Gabriela Mistral, Sérgio Buarque de Holanda, Jacob Gorender, entre outros (AMADO, 2010: 335-384). Na década de 1940 chegou a ser apontada por Jorge Amado (1964: 32) como parte de uma “escola de arte política que [era] tradição da inteligência baiana”. Na década seguinte já estava no rol das melhores artistas da Bahia. Durante sua trajetória como militante do PCB, participou de comícios, passeatas e diversos atos políticos no Brasil, alguns perseguidos pelo governo (*O Momento*, 07/12/1946: 8).

⁹*Estrada da Liberdade* (1944); *Simão Dias* (1949); *A Sobra do Patriarca* (1950); *A hora próxima* (1955); *Sol do meio-dia* (1961); a trilogia de Catarina (1965), composta por: *O sino e a rosa*, *A Chave do Mundo* e *O Círculo*; *A sétima vez* (1975) e *A Correnteza* (1979).

A autora fez da arte um meio de expressão feminista. Publicou quatro livros de poesia e alguns poemas esparsos em periódicos. Parte dos seus textos não chegou ao conhecimento do público quando foram escritos, como minicontos, contos, radioteatro, teatro, canção e poemas, a maioria deles produzidos em sanatório. Na contramão do que se esperava de uma mulher do seu tempo, afirmou-se intelectual e militante de um partido de esquerda. Teve experiências muito difíceis, marcadas por rupturas e fortes desilusões: excluída, perseguida, presa, internada em sanatórios (AMADO, 2010: 335). Faleceu em 1973 em um desses internamentos, provavelmente em decorrência do excesso de choques elétricos (MACHADO, 2000: 49).

A produção literária dessas militantes abre a possibilidade de reflexões sobre como o ideário pecebista influenciou suas produções, além de oferecer elementos para o entendimento de como elas pensaram as relações entre os gêneros e a luta das mulheres por mais liberdade. Através dos textos literários, tanto Alina Paim quanto Jacinta Passos representaram os fatores que acreditavam contribuir para a opressão feminina. Em função dos limites de páginas, optou-se por não apresentar um resumo das obras citadas, o que não compromete os objetivos do texto, que tem a finalidade de apresentar uma pequena amostra de como as autoras expressaram seu feminismo através da ficção e as tensões em torno disto.

Alina Paim, no romance *Simão Dias*, cuja primeira edição saiu em 1949 e a segunda em 1979, através de uma das protagonistas da trama, a personagem Luisa, representou os fatores que considerava responsáveis pela opressão das mulheres, destacando que esta opressão ia além do plano físico-econômico e se dava também no campo afetivo. Segundo a autora, as influências culturais deixavam marcas indeléveis no inconsciente feminino, levando à naturalização do estado de submissão.

No último período da Escola Normal, discutira muito com as colegas sobre a liberdade da mulher; naquela época seus planos de independência reduziam-se à luta econômica, [...] algumas vezes avançava também no domínio intelectual [...]. Com surpresa Luísa certificara-se que vencer nos terrenos econômico e intelectual não constituía tudo para a mulher, falta muito para que seja inteiramente livre. [...] Tinha consciência de liberdade agora que rompera com a escravidão afetiva. [...] Partira a continuidade de submissão mantida pelas mulheres da família através de gerações. [...] O hábito do cativo tinha profundas raízes inconscientes, também havia aceitado a obrigação de submeter-se ao homem: pai ou marido, sem

examinar de frente quem dava ordens, nem investigar o direito que lhe conferia o manejo das rédeas. [...] Despedaçara as amarras afetivas com raízes no passado, nos preconceitos de educação, nos mandamentos religiosos, nos ecos da voz de Jeová. [...] Era preciso começar do princípio, reconstruir a vida nos alicerces cavados com a análise de si mesma, levantados sobre a compreensão de uma igualdade real entre os sexos (PAIM, 1949: 203-206).

Essas proposições, ao que parece, não eram recebidas sem tensões dentro do PCB. No romance *Sol do Meio dia*, publicado em 1961, a autora trouxe representações indicando que a “questão feminina” era um tema discutido com alguns limites no interior do partido. Uma das personagens denuncia que quando as militantes propunham uma discussão dos problemas femininos a partir do viés cultural eram chamadas pejorativamente de *feministas*.

Na célula, nesse período, choviam sobre ela as críticas contra sua visão unilateral, imbuída de paixões e, por isso, desgarrada do conjunto. “A companheira tem um desvio feminista” – disse-lhe certa vez o secretário político. Fuzilou-o com os olhos, disciplinando o impulso de gritar-lhe: – “Conheça melhor as companheiras. Pontifique menos e enxergue mais” (PAIM, 1961: 93).

Se Alina Paim utilizou o romance como instrumento de luta feminista, Jacinta Passos Amado expressou seu feminismo através da poesia, evidenciando o duplo padrão moral da sociedade. O poema *Canção Simples* é representativo nesse sentido. Ele aponta para a dupla moral sexual, na qual, os mesmos atos eram julgados de maneira diferente. Os homens tinham mais liberdades sexuais, enquanto as mulheres deveriam manter a sexualidade reprimida para serem respeitadas. A infidelidade masculina era lida – apenas – como uma fraqueza do sexo, enquanto a feminina era tratada como um desvio moral. O poema destaca que todos esses valores não eram naturais, mas vinham de uma tradição. Portanto, eram marcas de uma cultura passível de modificação.

A flor caída no rio/que leva para onde quer/Sabia disso e caiu./Seu destino é ser mulher./Leva tudo e segue em frente,/amor de homem é tufão,/o de mulher é semente/que o vento enterrou no chão./Mulher que tudo já deu,/homem que tudo tomou,/é mulher que se perdeu,/é homem que conquistou./Mulher virgem, condição/para homem dar – nobre gesto – /resto duma divisão/se a divisão deixou o resto./No sangue, a honra é lavada/de homem que mulher engana,/mulher que vive enganada/coitado! Fraqueza humana./A flor caída no rio/que a leva para onde quer,/sabia

disso e caiu,/seu destino é ser mulher! (PASSOS, 1941 apud AMADO, 2010: 66).

Já no poema intitulado *Chiquinha* – aqui aparece apenas um pequeno fragmento de um longo poema – Jacinta Passos deu destaque à “opressão” histórica na qual as mulheres estavam submetidas, nas mais variadas sociedades, e a necessidade de luta por sua libertação. Evidencia que a subjugação e exploração do sexo feminino eram promovidas há séculos, inclusive antes do capitalismo, e se manifestavam de diferentes maneiras, a depender do tempo e do espaço. A autora dedicou o poema a Matilde, Maria, Regina, Lourdes, Marcelina, Tomásia e Bernadete – empregadas domésticas da família Passos (AMADO, Janaína, 2010).

Chiquinha/tão frágil,/magrinha./teu corpo miúdo/o tempo secou,/as formas redondas/o tempo gastou./[...] Chiquinha/Chiquinha/não lutas sozinha./A doce esperança/te vem como herança/e a luta também,/ do fundo dos séculos,/Chiquinha, te vem./[...] Chiquinha/ Chiquinha/ durante dez séculos/ teu corpo fechado/ nas torres feudais/ [...] foi corpo arrancado/ da terra, da vida/ corpo sem raiz/ feito puro espírito,/ mistério e tabu/ teu corpo adorado/ foi corpo explorado. [...] Chiquinha/teu corpo/ainda não é teu./Não é livre a vida/não é livre o amor./Chiquinha/teu corpo/mudou de senhor./ [...] A máquina/precisa mover/dinheiro!dinheiro!/e tu precisas viver/ [...] Tu vendes teus braços,/ trabalho, energia,/ tu vendes teu tempo,/ descanso, alegria,/ vigor, juventude,/ beleza e saúde/ futuro dos filhos,/ tu vendes, tu vendes,/ Chiquinha que dor!/ tu vendes teu sexo,/ desistes do amor./ [...] A máquina/te vem devorar/Chiquinha/Chiquinha/tu sabes que a máquina/te vem libertar?/ [...] A máquina/prolonga teus braços,/liberta teu corpo/de serva doméstica,/te arranca da casa,/derruba as paredes/limites, fronteiras/do lar, doce lar/– prisão milenar –/e faz do teu corpo/cansado/explorado/e multiplicado/na luta, esse mundo/difícil, Chiquinha/teu reino será (PASSOS, 1943 apud AMADO, 2010: 115-120)

O poema destacou que somente no mundo moderno abria-se a possibilidade de libertação das mulheres, pois naquele momento elas saíam de casa para trabalhar. Ainda que exploradas pelos “donos das máquinas”, preocupados apenas com os lucros, as mulheres estavam em condições materiais para enfrentar os exploradores e mudar a ordem das coisas. Dialeticamente, as mesmas máquinas que as sugavam, que as exploravam, ofereciam as condições para a sua libertação. “Prolonga teus braços, liberta teu corpo de serva doméstica, te arranca da casa, derruba as paredes, limites, fronteiras do lar, doce lar –

prisão milenar [...]”. A ideia, muito arraigada à época, de que o lar seria uma espécie de “*habitat* natural” das mulheres – frequentemente denominadas “rainhas do lar” – foi fortemente questionada. Ademais, a poetisa põe em relevo as contradições de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que tenta dominar e controlar o corpo feminino, pouco o conhece. “Corpo sem raiz, feito puro espírito, mistério e tabu”. Diante disso, reivindicou também o direito a serem donas de seus próprios corpos e, em algum grau, de sua sexualidade. “Chiquinha, teu corpo ainda não é teu, não é livre a vida não é livre o amor”.

Como foi destacado, tanto Alina Paim quanto Jacinta Passos tiveram alguma inserção política e social no período, embora a *posteriori* tenham sido praticamente esquecidas por seus *companheiros* de militância. Nas memórias consultadas, a saber: Leôncio Basbaum (1976), Elias Chaves Neto (1977), Agildo Barata (1978), Moisés Vinhas (1982), Jacob Gorender (1987) e João Falcão (1988), o nome de Alina Paim foi sequer mencionado, já o de Jacinta Passos aparece rapidamente no livro de João Falcão, sem nenhum tipo de detalhe sobre suas contribuições ao partido, ao contrário do que acontece quando o autor se refere aos homens considerados importantes.

3. A ausência das mulheres nas memórias do PCB: notas preliminares

De uma forma geral, em se tratando da militância feminina, nota-se que grande parte dos textos memorialísticos, a maioria de autoria masculina, deu pouca visibilidade à militância feminina e/ou às discussões feministas. A presença de mulheres no partido aparece como um elemento secundário. O único texto de memória escrito por mulher que foi consultado não teve como preocupação central a militância feminina. Em *Meu Companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*, como o próprio título indica, Maria Prestes (1992), no tempo da escrita viúva do *Cavaleiro da Esperança*, teve como preocupação central lembrar a vida de Prestes, especialmente em família. Mesmo tendo sido militante de base do PCB, quando era mais conhecida como “Mira”, e tendo desenvolvido atividades cruciais para a sobrevivência do partido, a autora dá pouca ênfase a sua experiência política. Num universo hegemonicamente masculino, não era incomum entre as próprias mulheres a ideia de que suas atividades políticas eram irrelevantes. Provavelmente, em função disso, em seu livro, Maria Prestes narrou com mais ênfase a

vida de seu companheiro. A narrativa permite entrever as atividades desenvolvidas por parte das mulheres do PCB e indica como o machismo se reproduzia nessas relações, como ilustra o trecho a seguir:

Quando saí da clínica [após ter tido um filho], fiquei alguns dias no Rio, no aparelho do Partido em Jacarepaguá, onde morava o Arruda Câmara, um dos mais importantes dirigentes do PCB naquela época. [...] Durante esses dias tive um sério conflito com o Arruda. Ele maltratava todo mundo em sua volta. A companheira que cozinhava para o aparelho esqueceu que o Arruda não comia cebola. O Arruda quase que virou a mesa, teve uma reação terrível. A pobre companheira em pânico ficou aos prantos. Eu disse que não era através de gritos e murros na mesa que a ordem deveria ser mantida, o Arruda ficou furioso, disse que eu estava com pretensões de ser dirigente. Mandou eu me comportar, pois ele sim, um comunista, sabia das coisas (PRESTES, 1993: 74-75).

A citação sinaliza constantes tensões no interior da militância. Ao mesmo tempo abre brechas para a reflexão sobre como o machismo se reproduzia naquele espaço. Mas há um quase absoluto esquecimento (ou silêncio?) acerca das experiências femininas no partido, que tem deixado marcas nos trabalhos historiográficos. Silêncio e esquecimento são coisas distintas. O que não é dito não significa, necessariamente, que foi esquecido. No caso específico das memórias produzidas pelos homens do partido, os prováveis silêncios sobre as mulheres podem ter relação com a ideia de que suas práticas não foram politicamente relevantes. Fazer esta observação pode parecer anacrônico, considerando que os indivíduos do período estavam inseridos em uma lógica social e cultural em que a política partidária, apesar de todo o engajamento de algumas mulheres relatado ao longo do artigo, ainda era um lugar distante do ideal de feminilidade.

No entanto, é possível que os memorialistas citados tenham convivido com mulheres engajadas na luta pela libertação do gênero feminino, até porque estas mulheres não atuaram apenas em causa própria. O próprio João Falcão indica que conhecia Jacinta Passos. Se não conviveram, é provável que tenham tomado nota dos movimentos femininos, já que a própria imprensa partidária noticiava esta movimentação. Ao mesmo tempo, mulheres *comunofeministas*, ainda que em número reduzido, ocuparam cargos de direção. Zuleika Alambert, como já foi dito, chegou a compor o Comitê Central. Não é exagero imaginar que, como dirigente, tenha sofrido preconceitos em função do seu gênero.

Nessas disputas, é possível que tenha se colocado enquanto feminista. Portanto, não seria anacrônico pontuar os não ditos.

Fazer essa observação não significa uma cobrança aos memorialistas, mas uma tentativa de entender os significados sociais e políticos de suas memórias. Busca-se compreender seus silêncios. O que merece ser registrado? O que é digno de ser deixado para a posteridade? Estas escolhas são carregadas de significados. Ao problematizar o não dito, a intenção é revelar as tensões sociais, políticas e culturais presentes na relação mulher e política, espaço hegemonicamente masculino. O desafio mais específico é compreender esse não lugar das mulheres que, apesar dos avanços, ainda predomina na história do PCB. As memórias servem como uma janela para esta compreensão, visto que a historiografia parece reproduzir os marcos estabelecidos pelos memorialistas do partido. E o movimento feminino não faz parte deles. É necessário interrogar também os possíveis silêncios das próprias mulheres, que não escreveram, na mesma proporção que os homens, suas memórias. Mas o fato de não terem feito registros assumidamente memorialísticos, implica em considerar que elas optaram por silenciar suas experiências? Ou preferiram deixar outros rastros? A literatura seria um deles?

No momento, em função dos limites da pesquisa, surgem mais perguntas do que respostas. Em que pese o esquecimento e/ou silêncios posteriores, é provável que as experiências femininas na política partidária tenham contribuído para remodelar os sujeitos e a maneira de entender o lugar social das mulheres. No entanto, foge ao escopo do artigo analisar estas memórias com a profundidade necessária.

4. Considerações finais de uma pesquisa em andamento

Provavelmente as discussões feministas das militantes contribuíram para que o partido legitimasse o feminismo e ampliasse a discussão da “questão feminina”. Certamente, elas aproveitaram as ocasiões abertas pelo contexto para introduzir suas demandas no projeto de fundação de um poder pensado pelos indivíduos do PCB. Em 1975 o PCB reconheceu o feminismo como um movimento social necessário, destacando que não havia dado a atenção necessária à problemática feminina. No texto de autocrítica, escrito por Zuleika Almabert, o partido ressaltou a pequena presença de mulheres e a quase

inexistência de “quadros femininos” nas direções; a precária participação nos eventos internacionais e o desaparecimento das organizações femininas. No final, concluiu que até aquele momento não havia encarado com profundidade a “questão da mulher”, tanto teórica quanto politicamente. Por isso, considerou necessário que fosse travada uma batalha interna e externa para superar o problema (ABREU, 2010: 164).

Apesar do reconhecimento oficial do partido, as memórias dos homens militantes, muitas escritas depois da autocrítica, continuaram invisibilizando a atuação das mulheres, tanto no movimento geral, quanto no *comunofeminista*. Paralelamente, e provavelmente como consequência disso, a historiografia do PCB, que trata direta ou indiretamente da militância feminina, enfatiza o papel do Partido, apresentando-o como vanguarda do movimento feminino. Geralmente, não se destaca as tensões internas nem o protagonismo das mulheres e o provável poder que tiveram de incorporar suas demandas específicas em uma instituição hegemonicamente masculina.

No que diz respeito à memória e à história do feminismo, observa-se também um “não lugar” ocupado pelas militantes do PCB. Este silenciamento e/ou esquecimento provavelmente tem relação com a complexidade do próprio feminismo no país. As divergências táticas influenciavam a forma como as mulheres se reportavam a sua luta específica, chamando-a ora de movimento feminino, ora de movimento feminista, sem precisar as linhas que os separavam. O fato pode ter colaborado para a consolidação dos marcos historiográficos atuais que são confusos, ou demasiado esquemáticos. Em que pesem as imprecisões, é certo que as experiências femininas, tanto as vividas em solo brasileiro antes da famosa “década do feminismo” quanto aquelas desenvolvidas no exterior durante as décadas de 1960 e 1970, foram fundamentais para o desenvolvimento do feminismo no Brasil.

Também é verdade que, no caso específico do PCB, não foi fácil se afirmar comunista e feminista em um partido que defendia a luta de classes como o principal – quase exclusivo – motor das mudanças sociais. Ademais, as militantes tiveram de lidar com a pressão posta pela lógica da ilegalidade, já que durante a maior parte de sua existência o partido viveu nas margens da lei. Aquelas preocupadas com questões feministas também tiveram de enfrentar os limites internos do partido, que considerava que naquela conjuntura a preocupação com questões ligadas à sexualidade e à vida privada era um mero “desvio

feminista”. Certamente, durante esse processo muitos debates foram travados, ocorreram rupturas, bem como alianças, questões que serão aprofundadas ao longo da pesquisa.

Referências

Fontes documentais:

- **Jornais**

AS MULHERES devem organizar-se para saírem da escravidão. *O Momento*, Salvador, 05 mai. 1946. p. 1.

CRIADA a Federação de Mulheres do Brasil. *O Momento*, Salvador, 01 jun. 1949. p. 4.

EM PROPAGANDA da União Feminina. *Diário da Bahia*, Salvador, 04 Jul. 1935. p. 1.

FEDERAÇÃO Brasileira pelo Progresso Feminino. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1947. p. 22.

FIGUEIREDO, Nice. É preciso compreender... *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1947. p. 12.

FILIZOLA, Wania. Alina Paim, a vencedora. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1965, suplemento literário, p. 6.

HOMENAGEM do Partido Comunista do Brasil aos seus escritores e artistas. *Tribuna Popular*, 21 abr. 1946. p. 1.

JUBILEU da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 08 ago. 1947. p. 18

JURANDIR, Dalcídio. Morte de milhões, lucro de meia dúzia. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 23 fev. 1951, p. 2.

JURANDIR, Dalcídio. Três livros. *Novos Rumos*, 23-29 jun. 1961, p. 5.

MISCELÂNEA. *Novos Rumos*, 19-25 ago. 1960, p. 5.

MOCHEL, Arcelina. Nossos Problemas. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1947, p. 2.

MOMENTO feminino. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1947. p. 2.

MULHERES do Brasil: o manifesto da União Feminina do Brasil. *Diário da Bahia*, Salvador, 03 jul. 1935. p. 3.

PAGÚ. Malthus Além. *Homem do Povo*. 27 mar. 1931. p. 2.

RESOLUÇÕES do Congresso Nacional Feminino. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1949. p. 4.

RESOLUÇÕES. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1949. p. 4 e 13.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. Estantes de livros e escritores. *O Momento*, Salvador, 01 out. 1949, p. 3

- **Literatura**

LOBO, Mara. *Parque Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

PASSOS, Jacinta. Canção Simples. In: AMADO, Janaína (Org.) *Coração Militante*: poesia, prosa, biografia, fortuna crítica. Salvador: EDUFBA/Corrupio, 2010.

_____. Chiquinha. In: AMADO, Janaína (Org.) *Coração Militante*: poesia, prosa, biografia, fortuna crítica. Salvador: EDUFBA/Corrupio, 2010.

PAIM, Alina. *Estrada da Liberdade*. Rio de Janeiro: Leitura, 1944.

_____. *Simão Dias*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1949.

_____. *A sombra do patriarca*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1950.

_____. *A hora próxima*. Rio de Janeiro: Vitória, 1955.

_____. *Sol do meio dia*. Rio de Janeiro: ABL, 1961.

_____. *O Sino e a rosa*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

_____. *A chave do mundo*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

_____. *O círculo*. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

_____. *A correnteza*. Rio de Janeiro: Record, 1979.

_____. *A sétima vez*. Aracaju: Fundesc, 1995.

- **Memórias**

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*: memórias. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1987.

PRESTES, Maria. *Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

Bibliografia:

ABREU, Maira. *Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. 2010. 265 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.

ALVES, Iracélli da Cruz. *A política no feminino: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – seção Bahia (1942-1949)*. 238 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2015.

AMADO, Janaína. Biografia de Jacinta Passos Amado: Canção da liberdade: In: _____ (Org.) *Coração Militante: poesia, prosa, biografia, fortuna crítica*. Salvador: EDUFBA/Corrupio, 2010.

BACK, Lilian. *A seção feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979)*. 2013. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

BANDEIRA, Andréa. *Resistência Cor-de-rosa-choque: militância feminina no Recife nos anos 1960*. 2012. 207 f. Tese (Doutorado em História.) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BASTOS, Natália de Souza. *Elas por Elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil – anos 1960-1980*. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BRITO, Antônio Mauricio Freitas. *O Golpe de 1964, o Movimento Estudantil na UFBA e a resistência à Ditadura Militar (1964-1968)*. 2008. 242 f. (Tese). História – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DELPHY, Christine. Feminismo e Recomposição da Esquerda. *Estudos Feministas*, v. 13, nº 1. p. 187-199. 1992.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, vol.17, nº49 p. 151-172, Set./Dez. 2003.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru-SP: Edusc, 1999. p. 103-117.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: _____. *Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 97-118.

LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

MACEDO, Elza Dely Veloso. *Ordem na casa e vamos à luta! Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964*. Lygia da Cunha – uma militante. 2001. 316 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001.

MACHADO, Dalila. *A história esquecida de Jacinta Passos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Fundação Cultural do Estado, EGBA, 2000.

MAGALHÃES, Mario. *Marighuella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. *Teoria Política Feminista: textos centrais*. Vinhedo: Horizonte, 2013.

MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista?* Recife: Cadernos Guararapes, v. 3, 1981.

MONTENEGRO, Ana; OLIVEIRA, Jardilina de Santana. *Falando de Mulheres*. Salvador: ND. Gráfica e Editora LTDA, 2002.

MORAES, Dênis. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES, Maria Lygia Quartim. A solidão de Pagu. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 371.

NAPOLITANO, Marcos. Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970): Um balanço historiográfico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 50, p. 35-50, 2014.

OLIVEIRA, Ilka Maria de. *A literatura na revolução: contribuições de Astrogildo Pereira e Alina Paim para uma política cultural do PCB nos anos 50*. 1998. 153 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PEDRO, Joana. *Trajetórias políticas em mudança: tornar-se feminista no Cone Sul*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2007.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana: 29 de julho de 1944): mito, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da História oral*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

_____. *Entre a História e a liberdade: LuceFabri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2001.

RÉMOND, René. Do político. In: _____. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Combatentes da Paz: os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 2. p. 35-50, 2004.

SCHIMIDT, Simone Pereira. O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 aos 90. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n.2, p. 77-90, 2000.

SCHUMA, Schumacher; BRASIL, Érico Vidal (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009.

SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. *Cadernos Pagu*: São Paulo, n. 40, p. 169-195, 2013.

_____. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 27. p. 281-300. 2007.

TAVARES, Btzaida Mata Machado. *Mulheres Comunistas: Representações e práticas femininas no PCB (1945-1979)*. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais. 2003.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Recebido em: 05 de julho de 2017
Aceito em: 05 de setembro de 2017